



DOI: <http://dx.doi.org/10.46375/relaec.35538>

CÓDIGO DE VESTIMENTA OU INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL? A MODA PATRIARCAL SOB O PRISMA DE FÁTIMA QUINTAS

DRESS CODE OR SOCIAL CONTROL INSTRUMENT? PATRIARCAL FASHION UNDER THE FATIMA QUINTAS OPTICS

Luíza Vieira Cavalcanti (Universidade Católica de Pernambuco), **Walter Valdevino do Amaral** (Universidade Católica de Pernambuco)

RESUMO: Com este trabalho, pretendemos analisar como a moda, durante o Período Colonial e Imperial, foi contundente para a caracterização de condutas sociais. Para isso, utilizamos como parâmetro de análise o capítulo “A moda como representação social”, de autoria da antropóloga Fátima Quintas, presente no livro “A Civilização do Açúcar”, organizado por ela em 2007. Através de suas colocações, identificamos relações de gênero que circundam entre as vestimentas das mulheres e dos homens no mundo patriarcal. Destarte, como resultado de toda imposição regulamentadora posta pelos códigos de vestimenta do Pernambuco colonial e imperial, há uma intencionalidade de controle que se perpetua por longos anos. Ademais, destacamos que tomamos como aportes teórico-metodológicos, o conceito de gênero, proposto por Judith Butler, bem como, a compreensão da relação obra-autor, indicada por Roger Chartier.

Palavras-chave: Gênero; Moda; Patriarcalismo.

ABSTRACT: With this article, we intend to analyze how fashion was decisive for the characterization of social behaviors, during Brazil's colonial and imperial period. For that, we used as an analysis parameter the chapter “A moda como representação social”, authored by the anthropologist Fátima Quintas, present in the book “A Civilização do Açúcar”, organized by her in 2007. Through the placements of the text, we identified gender relations that surround the garments of women and men in the patriarchal world. Accordingly, as a result of regulated imposition by the colonial and imperial dress codes of Pernambuco, there is an intentional control that is perpetuated for long years. In addition, we emphasize that we take as theoretical and methodological contributions, the concept of gender, proposed by Judith Butler, as well as, the understanding of the relationship book-author, designated by Roger Chartier.

Keywords: Gender; fashion; Patriarchy.

Introdução

Por longos anos, a historiografia manteve-se distante de outras áreas do conhecimento. Pois, para se consolidar como uma ciência, alguns teóricos lançaram mão, em primeiro lugar, de restringir as metodologias para que houvesse mais credibilidade para este campo. Movimentos como o Positivismo, que objetivava uma narrativa científica mais unanime, acabaram contribuindo para que a área se fechasse à utilização de uma documentação oficial e se mantivesse de forma mais técnica (neutra) possível (Cf.: BARROS, 2013, p. 77). Apesar disso, à medida que os anos foram se passando, outros paradigmas começaram a questionar tal estrutura, entendendo que o conhecimento científico, sobretudo histórico, não consegue se dissociar das subjetividades de quem o produz. Tendo isso em mente, a interlocução com outras áreas passa a ser vista como um fator que poderia agregar mais do que atrapalhar a construção dos trabalhos historiográficos.

A aproximação entre a História e as Ciências Sociais se deu em uma forma, de certo modo, disruptiva para a maneira como as áreas vinham lidando com seus conhecimentos. Conforme conta Peter Burke (1997), o movimento da Escola dos Annales, no início do século XX, foi o principal motivo da “abertura do leque” da historiografia. Essa alteração no modo de compreender as fontes e os objetos demarca uma singularidade para o que viria a se transformar a área da História. A partir disso, torna-se possível uma interlocução através dessas áreas científicas, enxergando-as como peças complementares à produção. Contudo, com o passar dos anos e a entrada para o século XX, os

livros assumem um caráter de fonte para a produção histórica.

Com efeito, a interlocução da História com outras áreas, neste caso, as Ciências Sociais, é sempre bem-vinda em prol do enriquecimento dos trabalhos científicos. Entretanto, para utilizar os livros como fonte e/ou objeto é necessário termos uma série de cautelas. Isso porque os conhecimentos podem entrar em um campo mais subjetivo que compete sobretudo às áreas das Ciências Humanas. Conforme o historiador Roger Chartier: “a constituição de arquivos literários não pode ser separada da constituição de categorias filosóficas, estéticas e jurídicas que definiam um novo regime para publicação e apropriação de textos – particularmente os ‘literários’” (CHARTIER, 2014, p. 139). Destarte, para analisarmos uma obra, seja ela científica ou ficcional, se faz termos em mente que há uma gama de informações que podem interferir no resultado final. Neste caso, a obra antes da obra tem um peso quase tão grande quanto aos próprios conteúdos em si e, assim como os documentos oficiais, deve passar por um olhar atento.

Não obstante, ainda em consonância com Roger Chartier (2014), outros elementos acabam influenciando no resultado de um livro. Isso vai além da escrita do autor ou da autora. Se faz contundente ressaltarmos que uma obra é fruto de interferências externas, como por exemplo o contexto sociocultural, as demandas da editoria etc. Tais fatores não podem, portanto, ser ignorados ao propormos realizar uma análise historiográfica de um livro.

Dessa forma, antes de iniciarmos a análise do capítulo “A moda como representação social”, presente no livro “A Civilização do

Açúcar”, acreditamos ser contundente fazermos uma breve apresentação da autora. Pois,

De modo particular, os textos de autoria de mulheres levantam interrogações acerca de premissas e formações canônicas, bem como tensionam as representações dominantes calcadas no discurso assimilacionista de um sujeito nacional não marcado pela diferença (SCHMIDT, in: HOLANDA, 2019, p. 66).

Portanto, a relevância de sabermos sobre quem escreveu o texto é normalmente comum, mas no caso de uma assinatura feminina ela se sobressai, pois se trata de restituir um tipo de voz que normalmente é silenciada. Isso, porque, a escolha de abordagem da autora é intrinsecamente ligada à aspectos da sua trajetória pessoal, enquanto uma mulher intelectual. Assim, a obra “Civilização do Açúcar”, e sobretudo este capítulo em análise, recebem uma influência notável de quem é Fátima Quintas e como ela foi formada dentro da área das Ciências Humanas. Isso nos levar a um olhar mais crítico ao que por ela foi escrito, podendo estabelecer constatações sobre o conteúdo, mas também fazermos as atenuações necessárias.

Maria de Fátima de Andrade Quintas nasceu na cidade do Recife, Pernambuco, em 28 de fevereiro de 1944. É filha do conhecido historiador Amaro Quintas com Edith Queiroz, uma dona de casa erudita, conforme conta a antropóloga (Cf.: QUINTAS, 2016, p. 306). Formou-se em Ciências Sociais, cursou dois anos do curso na Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE). Em 1965, foi admitida pela

Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), como assistente de pesquisa no Departamento de Sociologia e no Departamento de História. Neste momento, transfere seu curso para Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde concluiu os últimos dois anos da graduação e realizou o mestrado em Antropologia (1958). O tema de sua monografia foi relacionado à sexualidade feminina.

Em sua atuação profissional, atuou em diversos setores. Seu contrato mais extenso foi na Fundação Joaquim Nabuco, lugar no qual permaneceu até 2002. Além disso, atuou como escritora, professora na Faculdade Marista, radialista e articulista do “Jornal do Comércio”. No ano de 2002, tornou-se imortal pela Academia Pernambucana de Letras; assumindo, nove anos depois, a posição de primeira mulher a presidenta desta instituição.

Ela possui uma extensa produção acadêmica e literária, tendo publicado até o presente momento, um total de 52 obras. Há uma variação considerável nos temas de seus livros, mas alguns aspectos merecem destaque. Em primeiro lugar, desde a primeira publicação, em 1986, à mais recente (2018), observamos a transição de uma abordagem mais técnica, científica para um caráter mais de relato, literário. A maior parte dos seus textos foi publicada por editoras locais de Recife, entre estas, a Editora Massangana, que pertence à FUNDAJ, e a Editora Bagaço. Em sua escrita, é comum apresentar alguns parâmetros e críticas com relação à condição das mulheres e a estrutura sexista da sociedade. Entretanto, outro destaque curioso e frequente, é a utilização do conhecido antropólogo Gilberto Freyre como um de seus suportes teóricos. Isso porque, tendo em mente as críticas que ela tece à

sociedade, a utilização do autor dissociadas de um parâmetro problematizador é de certa forma intrigante.

O livro “A Civilização do Açúcar”, organizado por Fátima Quintas, é composto por nove artigos, sendo quatro escritos por ela, e os demais, por autoras/os que se propuseram a fazer um panorama sobre Pernambuco no auge de sua produção açucareira. Essa influência da perspectiva freyriana é nítida, sobretudo se levarmos em consideração que o título estabelece uma conexão direta com grande parte da produção do antropólogo sobre o Brasil Colônia. O capítulo que analisamos aqui, “A moda como representação social”, tem como narrativa principal os códigos de vestimenta e seus impactos na sociedade. Ele está dividido em três tópicos: “A força social da moda”, com uma introdução teórica sobre o assunto; “A indumentária no mundo patriarcal”, analisa especificamente o período Colônia/Império; e “A moda no Brasil”, trazendo algumas considerações finais com um panorama geral, não apenas em Pernambuco, mas em todo país, problematizando as permanências desse período.

Considerações sobre os gêneros e a moda

Para compreendermos as dinâmicas da indumentária colonial e imperial, é necessário de antemão estabelecermos algumas asserções. Com efeito, ao entendermos a moda como um elemento sociocultural é possível constatarmos que ela existe como uma das expressões de linguagem que temos ao nosso redor. Essencialmente, a vestimenta, que serviria como uma coberta para os

corpos desnudos, assumindo, assim, um caráter mais subjetivo que influencia na performatividade dos indivíduos. Neste sentido, uma das características que mais se ressaltam em tal conjuntura é a dinâmica entre os gêneros, que passam não apenas a ser demarcados, mas legitimados pelo tipo de indumentária. Consoante a historiadora Judith Butler,

Nesse sentido, gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero (BUTLER, 2017, p. 56).

Em outras palavras, o que define os gêneros são exatamente as estruturas de linguagem estabelecidas pela sociedade. Assim, a moda se insere nessa circunstância como um dos principais fatores utilizados para determinar a coerência do gênero que quer se mostrar. Destarte, as cores, os cortes, os modelos de costura, ou mesmo o tamanho, adereços e peças específicas servem para exprimir tanto um individual quanto o coletivo. E, se tratando de uma sociedade marcada fortemente pelo binarismo, ilustra-se não apenas o que se é, mas a que gênero não se pertence.

É nesse aspecto, que compreendemos que os vestuários femininos e masculinos possuem um simbolismo muito grande. Sobretudo, quando os argumentos são gerados se pautando na estrutura física dos corpos “biológicos”. Levando em consideração que,

na maioria das culturas, as mulheres se adornam mais, usam de exibicionismo e enaltecem suas linhas curvas, de modo geral com maior frequência do uso de acessórios,

brilhos e formas diferenciadas. Os homens, por terem sua estrutura corpórea formada por linhas retas, sendo necessário para sua afirmação masculina, utilizando de símbolos subjetivos de virilidade: espadas, itens pesados, tons em sua maioria sóbrios e rústicos (NASCIMENTO, 2016, p. 44).

Entretanto, ainda conforme esta autora, é visto que mesmo tais observações sobre o formato dos corpos são variáveis e, portanto, partem de uma construção. Essa ideia de trajar-se para favorecer o formato dos corpos, na verdade, é passível de questionamentos. Ao passo que, na realidade, as normas de vestimenta estão muito mais serventes ao papel de institucionalizar os gêneros. Ora, se os trajes por tanto acabam sendo desconfortáveis aos corpos femininos (tanto de pessoas cisgênero quanto transgênero), a justificativa de ajuste à silhueta já não se faz tão válida. É fato, portanto, que existem outros elementos que acabam justificando a forma como as roupas se apresentam tanto para o gênero masculino como feminino.

Acreditamos, dessa forma, que a moda esteja fortemente associada às relações de gênero. Assim, ela pode servir enquanto um elemento próprio da linguagem que, de acordo com Judith Butler (2017), se presta ao papel de uma dupla função. Pois, ao mesmo tempo que pode construir estruturas opressivas, pode possibilitar grandes alterações e rompimentos com as expectativas sociais. No caso do capítulo escrito por Fátima Quintas, torna-se muito mais nítido como o vestuário serviu para legitimar os papéis de gênero, e determinadas violências sobre os corpos femininos.

Análise do Capítulo

Partindo para a análise do capítulo, percebemos que, a principal intenção da autora está em estabelecer os parâmetros da moda em Pernambuco, compreendendo as influências externas das caracterizações. Mas, além disso, pretende compreender como que o vestuário se apresentou variável dependendo da classe, raça e gênero. O contexto histórico demarcado é meado do período colonial até o início do imperial. Neste caso, denomina a conjuntura do momento como patriarcal. Isso porque, para ela, é nítido que as estruturas sociais daquele período giravam essencialmente em torno da figura masculina. Tal questão se apresenta não apenas na dinâmica sociocultural, mas também na política institucional. Assim, a questão do vestuário se estabelece nas esferas da estrutura patriarcal, sendo um indispensável elemento para a perpetuação dos preceitos que correspondem aos gêneros, bem como classes e raças.

A escrita de Fátima Quintas é clara e objetiva, mas ao mesmo tempo, carrega consigo uma característica peculiar que definem seus escritos, o de ser mais lírica em suas descrições. Dessa forma, a leitura não se torna desnecessariamente densa ou massiva, pela maneira como opta por abordar os assuntos. Em primeiro lugar, escolhe estabelecer uma contextualização teórica de sua área, Ciências Sociais, com relação à moda. Vale destacarmos que, o livro foi publicado no ano de 2007, portanto, a escolha de referenciais teóricos e metodológicos, neste sentido da moda, correspondem ao período em que foi lançado. Em seguida, estabelece uma transição de como se deu a aplicação das indumentárias no

período descrito e na “civilização do açúcar”, sociedade pernambucana do século XIX. Por fim, a autora se propõe a problematizar de maneira geral como todos esses elementos foram decisivos para a construção do Brasil como um conjunto de influências.

Com efeito, no primeiro tópico, discute como um corpo com indumentária é não apenas social, mas também político. Utilizando-se como referencial base, o cientista social Georg Simmel. Entre suas colocações, uma que se destaca é a de que esse costume de vestimenta seria um instrumento de coerção e coesão. Pois, em sua perspectiva, é contundente ressaltar

Que a moda e a indumentária são utilizadas não só para constituir e comunicar uma posição naquela ordem social, mas também para desafiar e contestar posições de poder relativo dentro das mesmas (BARNARD, 2003, p. 67).

Com isso, a moda se estabelece nas estruturas sociais como um elemento de expressão linguística, mas sobretudo, de repressão dos corpos. Em outras palavras: “Um corpo vestido é um corpo social que realiza o que significa, ou seja, a ostentação da performance exterior” (QUINTAS, 2007, p. 180). Assim, apesar de ser vista como uma caracterização voluntária, pois cada pessoa pode escolher como vai querer se apresentar ao mundo, torna-se um grande instrumento de repressão dos corpos. De modo geral, a moda sempre esteve para a sociedade brasileira como esse fator repressivo, sobretudo às mulheres, pessoas negras, transgênero ou de classes menos abastadas. Destarte, os códigos de vestimenta servem exatamente para cumprir esse papel opressivo assinalado pela autora.

Além disso, Fátima Quintas destaca em tom de crítica a ideia hétero cisnormativa de que as mulheres se vestem para atrair os homens e vice-versa. Segundo ela:

A moda também acusa escolhas de sedução que vão do homem para a mulher, da mulher para o homem. Há o desejo masculino e o feminino, atração mútua, tendências que maximizam ou minimizam a interação dos sexos. A roupa utilizada tem finalidades próprias, dado que ela integra uma circunferência dinâmica em que os polos de gênero se aproximam ou se afastam. O imperativo cultural do consenso prevalece, apoiado num sistema normativo tão arbitrário quanto homologado pelo coletivo. Assim, a mulher veste-se para seduzir o homem, para chamar a atenção da sociedade e para se *distinguir* de outras mulheres (QUINTAS, 2007, p. 183)

É possível, portanto, constatar que a estética estabelecida através da moda parte de um princípio único e regulador dos modos de vida. Isso porque a construção da vestimenta, bem como suas tendências, serve ao sistema binário de que os recortes favoreceram as curvaturas dos corpos femininos e masculinos para que eles se atraíssem entre si. Como afirmamos no tópico anterior, a questão da indumentária para se constituir de maneira adaptável às silhuetas é passível de uma série de problematizações. Isso porque além de não servir como justificativa, visto que os corpos trans, ou mesmo corpos cis fora do padrão estabelecido pela sociedade, em sua maioria fogem dessa “curvatura” a ser favorecida pelo vestuário. Portanto, essa indumentária parte do pressuposto de que os homens se atrairão

necessariamente pelas mulheres e vice-versa. Ou seja, esse sistema binário em que os padrões de moda se inserem acabam contribuindo para a implementação de certas constituições a respeito dos gêneros e das sexualidades.

Ademais, outro ponto tocado por ela é que os vestuários são, para além dessas problemáticas, uma questão de demarcação de classe. Assim, “Estar na moda é estar no topo da hierarquia da indumentária” (QUINTAS, 2007, p. 182), indicando que a indumentária pode simbolizar tanto prestígio, como também estigma, a depender de como aquele indivíduo está trajado. Logo, uma das mais evidentes funções dessa linguagem é demarcação de um status bem definido, que distingue tanto econômica quanto socialmente, as pessoas umas das outras.

O segundo tópico deste capítulo, apresenta duas subdivisões: “Moda de sinhazinha, sinhá-dona e senhores portuguesas” e “Moda de mulher negra”. No primeiro, analisa as regras de indumentária imposta aos gêneros que ocuparam os setores mais altos da sociedade.

Figura 1 – Sinhazinha, século XIX.



Fonte: QUINTAS, 2007, p. 21.

Nesse ponto, afirma que a regra de vestimenta é importada da Europa, sem ser levada em conta a gigantesca diferença climática. Como pode-se observar na imagem acima, o vestido longo, com uma saia encorpada, os braços cobertos e a gola cobrindo o colo são roupas de certo modo difíceis de serem trajadas em um clima tropical. Segundo a autora, as roupas eram importadas da França sem passar por adaptações e “o Brasil parecia não reagir a esse imperialismo exógeno” (QUINTAS, 2007, p. 188). Mas a questão ultrapassa esse ponto, pois o capítulo para o vestuário feminino do período colonial e imperial é o desconforto. Os espartilhos são um grande clássico para sustentar tal argumento. Isso tendo em mente que as mulheres eram submetidas a nítidos processos de modificações agressivas para atenderem aos formatos de corpos padronizados que correspondiam a silhueta feminina. Além disso, há um confronto de subjugação entre as mulheres brancas e os homens brancos, visto que, a aparência feminina simbolizava não apenas seu valor social, mas também, o poder aquisitivo de seu pai ou marido.

Já na segunda subdivisão do tópico, analisa a imposição da moda às mulheres negras, em sua maioria, escravizadas naquele período. Com isso, a retirada de direitos imposta a essas pessoas se expressou de diversas maneiras. Neste caso,

A particularidade desse conjunto encontra-se no fato de que elas não apenas sofrem a exclusão de classe, mas também de gênero” (TENNINA, in: DALCASTAGNÊ; LEAL, 2015, p. 58).

Isso porque as formas de descaracterizar os corpos de mulheres negras eram diversas. Entre elas, a questão do vestuário parece ser o menor dos problemas. Mas, ainda assim, não dá para desconsiderarmos que as roupas maltrapilhas às quais eram submetidas a usar, retirada de acessórios culturalmente relevantes, raspagens de cabelos, entre outros, ajudavam a descaracterizar e desumanizar aquelas mulheres. Neste sentido, a autora afirma que:

Sob o crivo da escravidão, a negra não escapou das modulações inferiorizantes do trajar. Paramentavam-se com roupas “desdenhosas”, isto é, com roupas indicadoras da situação da subalternidade. (QUINTAS, 2007, p. 198).

Continua comentando que, apesar de não se tratar de uma roupa em específico, a questão dos cabelos sempre foi um tópico de destaque para essas mulheres. Dá uma ênfase específica com relação ao ato de cobrir com lenços. Em suas palavras:

Cobrindo a cabeça, ela cobria a liberdade e respondia à expectativa social: a de enquadrá-la na real postura de sujeição (QUINTAS, 2007, p. 198).

Assim, a moda apresenta-se num caráter ainda mais opressivo. Sendo possível constatar que muitas permanências podem ser enxergadas como resquício desse período. Entretanto, onde há repressão também há resistência. Destaca que mesmo com a tentativa da retirada de todos os signos identitários, algumas conseguiram resistir, levando características culturais para suas vestimentas, mesmo diante de tantas proibições. A moda e o estilo na maioria das vezes

serviam apenas para demarcação da posição social, mas nesse aspecto assumiram um caráter de identidade.

Apesar de se propor a fazer uma descrição das vestimentas, a autora não fornece uma fotografia, como foi feito no caso das “sinhazinhas e sinhás-donas”. Essa questão pode ter se dado por várias questões. No entanto, sua ausência merece um destaque, pois as descrições ficam menos ilustradas, em comparação com o outro caso.

No terceiro e último tópico, a autora apresenta as influências europeias da moda dentro da cultura brasileira. Pois, conforme explanado anteriormente, para as pessoas de classes mais abastardas, a maioria do vestuário era importado para o Brasil. Esse ponto se destaca, sobretudo, porque aquele tipo de vestimenta não se adequava ao clima local, mas isso não impediu que fizesse parte dos códigos de vestimenta. Neste sentido, ela comenta que Paris se localizava como um centro de orientações para as mulheres brancas, ao passo que, os homens possuíam como espelho os ingleses. Assim, a influência das roupas se dá em duas localidades com realidades completamente distintas do que se figurava em nosso país.

A partir do século XX, muitas mudanças aconteceram em relação aos códigos de vestimenta, mas o país continuava recebendo muita influência externa, potencializada ainda mais, com o processo de globalização. Entretanto,

Os corpos biológicos se adaptam aos corpos sociais e culturais numa simbiose alegórica e astuciosamente singular. O Brasil define a sua indumentária em bases multirraciais, em estilos transnacionais e em misturas saudavelmente tropicais (QUINTAS, 2007, 205).

Com isso, ressalta que o fruto da vestimenta brasileira é caracteristicamente influenciado por uma profusão de culturas. Destarte, os códigos vão se adaptando e sendo adaptados. Mesmo assim, a função da moda continua sendo a mesma discutida anteriormente. Um instrumento que pode tanto servir para criar estruturas, como para combatê-las.

Por fim, acreditamos ser contundente ressaltar que, dentro dessas influências, a população nativa se baseava em outros padrões de indumentária. Com isso, os traços culturais que se carrega desse grupo são mais relacionados aos hábitos alimentares, de higiene etc. Portanto, a maior parte da cultura de vestimenta hodierna é provinda de influências externas, sobretudo dos continentes europeu e africano. Seja para provocar o sentimento de identidade ou resistência, controlar corpos ou instituir padrões, a moda circunda a existência humana e conta muito sobre a história por traz das pessoas que a utilizam.

Comentários finais

Com efeito, a moda se estabelece de forma quase onipresente nas relações interpessoais do período patriarcal descrito por Fátima Quintas. Atualmente, o vestuário assume um caráter político libertário muito forte. Apesar disso, ainda é possível enxergá-la com muitas permanências de um período em que se predominou o caráter opressivo dos códigos de vestuário. Isso porque, mesmo sendo mais velada, a instituição reguladora que compreende a indumentária se faz presente em todas as instâncias, seja para demarcação de uma classe ou para performatização de um gênero.

Neste sentido, é possível constatar que a escritora procurou trazer um diálogo sobre a situação, enfatizando como ela se dá para as mulheres. Uma vez que, a intensidade das práticas opressivas da moda se dá de forma muito mais intensa para os corpos femininos. Entretanto, é necessário destacarmos que por estabelecer posições hierárquicas, a violência linguística também se apresenta de forma nítida entre as classes e raças. Em outras palavras, a moda acaba interferindo, direta ou indiretamente, em todos os setores da sociedade; representando, portanto, como um importante elemento de controle dos corpos.

Referências

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**, vol. II: Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

BARNARD, Malcolm. **Moda e comunicação**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**. Unesp, 1997.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

NASCIMENTO, Raisia Bosniac do. **A distinção e semelhança dos sexos refletidos na moda**. Monografia (Especialização em Estética e Gestão de Moda). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

QUINTAS, Fátima. A Moda como Representação Social. QUINTAS, Fátima (Org.). **A civilização do**

açúcar. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007, p. 175-205.

QUINTAS, Fátima (org.). **Perfis Acadêmicos: Academia Pernambucana de Letras.** Recife: Bagaço, 2016.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Na literatura, mulheres que reescrevem a nação. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

TENNINA, Lúcia. A voz e a letra da literatura marginal periférica: figurações e reconfigurações do eu. In: DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (Orgs.). **Espaço e gênero na literatura brasileira contemporânea.** Porto Alegre: Zouk, 2015.